

A IDENTIDADE CULTURAL DO VALE DO DOURO NO ÂMBITO DA UNIÃO EUROPEIA

Fernando de Sousa

INTRODUÇÃO

O património cultural constitui, ao presente, uma importante fonte de riqueza e factor de desenvolvimento, a exigir por parte das entidades públicas e privadas, aos mais diversos níveis, uma política concertada, que saiba aproveitar os recursos e as potencialidades de cada região, “vendendo” o que há de original e identitário em cada uma.

A economia, a cultura, o património, o turismo e o desenvolvimento são faces da mesma realidade, que têm de ser compreendidos de uma forma integrada. Basta dizer, para se ver a importância que a cultura e o património têm no bem-estar das populações, que o turismo cultural, segundo a Organização Mundial do Turismo, representa 35 a 40% de todo o turismo mundial, segundo alguns, a indústria por excelência do século XXI.

É à luz desta realidade, demasiado evidente para sobre ela nos debruçarmos com mais profundidade, que iremos analisar a identidade cultural do Vale do Douro no âmbito da União Europeia, não sendo pertinente, para este trabalho, delimitarmos o espaço do vale, corredor, e muito menos da bacia do rio Douro, mas importando reforçar a nossa concepção do Vale do Douro no seu conjunto, como um todo, luso-espanhol ou hispano-luso, assim, em toda a sua identidade, autenticidade e pujança, como berço de um grande rio ibérico que, visto sob o ponto de vista geográfico ou sob o ponto de vista cultural, só tem como fronteira, desde a sua nascente, o Oceano Atlântico.

1. O PATRIMÓNIO CULTURAL DO VALE DO DOURO

O Vale do Douro detém um património cultural de excelência, internacionalmente reconhecido. Podemos dizer que nenhum outro rio da Península se lhe pode comparar e, mesmo a nível europeu, constitui uma realidade ímpar:

- pelo valor e diversidade da sua paisagem;
- pela excepcionalidade e originalidade do seu património;
- pela monumentalidade das suas obras de engenharia;

- pela variedade e qualidade dos seus vinhos;
- pela importância da sua gastronomia, artesanato e folclore.

A riqueza do seu património cultural é evidente, demasiado evidente para quem conhece o Vale do Douro. A questão que se levanta é a de promover as rotas patrimoniais da região:

- os inúmeros núcleos arqueológicos e históricos existentes;
- as cidades e vilas monumentais e os castelos da Reconquista – Porto, Penafiel, Vila Real, Lamego, Torre de Moncorvo, Freixo de Espada à Cinta, Miranda do Douro, Zamora, Toro, Tordesilhas, Valladolid, Peñafiel e Peñaranda de Duero, Burgo de Osma, Soria, etc;
- as centenas de mosteiros, abadias e igrejas;
- os palácios e casas senhoriais;
- as caves do Vinho do Porto, em Vila Nova de Gaia;
- as pontes e linhas de caminhos de ferro;
- os moinhos de origem medieval e as fábricas de farinhas;
- as barragens do Douro, que fazem do rio um dos maiores produtores de energia da Península;
- as paisagens naturais (arribas do Douro) e humanizadas (Alto Douro Vinhateiro), paisagens culturais de grande beleza, nichos ecológicos, parques naturais, aldeias históricas e quintas do Douro;
- os vinhos – a cultura vitivinícola constitui um importante elemento integrador do Vale do Douro – Toro, Rueda, Ribera del Duero, Fermoselhe, o Vinho do Porto e outros vinhos do Alto Douro;
- a arquitectura popular e os utensílios agrícolas de séculos anteriores, ameaçados de extinção pela desertificação, pela introdução de novos equipamentos e de novas formas de exploração agrária.

Registe-se, aliás, que boa parte deste riquíssimo património foi já reconhecido como *património mundial*:

- os núcleos históricos de Segóvia, Ávila, Salamanca, Porto e Guimarães;
- as catedrais de Burgos e León;
- os Caminhos de Santiago de Compostela;
- o Parque Arqueológico do Vale do Côa;
- o Alto Douro Vinhateiro.

Que se encontram em processo de classificação:

- o centro histórico de Burgos;
- San Baudelio de Berlanga.

Finalmente, que estão em preparação de candidatura:

- o núcleo histórico de Zamora, cidade que regista a maior densidade de igrejas românicas da Península;
- as caves e armazéns do Vinho do Porto, localizadas em Vila Nova de Gaia.

O património histórico-cultural do Vale do Douro lança, assim, um desafio aos responsáveis políticos de ambos os países, nacionais, regionais e locais, tão simples quanto de complexa solução: como traduzir em recursos turísticos culturais todo esse imenso património, de forma a este constituir um instrumento fundamental da economia e desenvolvimento do Vale do Douro? Como criar uma imagem de marca da Região?

2. AS FRAGILIDADES DO VALE DO DOURO

O desafio enunciado não é tarefa fácil. O Vale do Douro debate-se com um conjunto vasto e complexo de bloqueios e fragilidades, decorrentes de factores comuns aos dois países, que importa conhecer:

- uma dinâmica demográfica muito reduzida, traduzida por um processo acentuado de envelhecimento da sua população, infelizmente, comum aos dois países, mas a afectar particularmente o mundo rural do Vale do Douro, num processo generalizado e contínuo, que ainda não parou de se desenvolver;
- um baixo nível de formação das populações, traduzido numa gritante carência de quadros técnicos e na reduzida dinamização e participação cultural;
- uma economia débil, caracterizada por níveis de especialização produtiva reduzidos a produtos básicos agrícolas e energéticos, por uma enorme receptividade e utilização de processos de inovação tecnológica e por uma incipiente capacidade empresarial.
- as deficientes acessibilidades à região, assim como das infra-estruturas de comunicação existentes entre os dois países, aos mais diversos níveis: fluvial – desarticulação entre a navegabilidade do rio Douro (que importa aprofundar entre o Pinhão e a fronteira), em Portugal, e os cais de acostagem, em Espanha; viário – ligação de Bragança a Zamora; e ferroviário – encerramento da linha do Douro, que seguia até Salamanca;
- débil cooperação institucional e empresarial, quer de agentes públicos, quer de privados, no que diz respeito ao Norte de Portugal com Castela-León;
- inexistência de redes sectoriais de cooperação e trabalho continuado entre Portugal e Espanha, no que diz respeito à região;
- escassez de informação actualizada e global;
- ausência de oferta turística integrada, regra geral, oferecida por operadores turísticos externos ou periféricos à região;
- reduzida qualificação dos centros urbanos;

- inexistência de uma política comum de rentabilização do património histórico-cultural, como se verifica quanto à gestão integrada de bens e serviços culturais por parte dos agentes públicos e privados, e quanto às campanhas de publicidade e marketing nos mercados nacionais;
- tímido movimento de certificação de qualidade dos seus produtos, embora nos últimos anos alguma coisa se tenha avançado;

Tais debilidades exigem que se tenha em conta a definição de uma estratégia global de turismo cultural, para todo o Vale do Douro, uma estratégia integrada, que tenha em conta:

- as populações do Vale do Douro e a melhoria das suas condições de vida e do seu bem-estar, em torno de uma ideia de qualidade, cultura e progresso – missão da Fundação hispano-lusa Rei Afonso Henriques –, de forma a travar-se o processo de desertificação e a obter-se, através da sua sensibilização, a sua participação empenhada em tal estratégia;
- o respeito pelo meio ambiente, estimulando os municípios a empenharem-se, por um lado, na defesa de um rio Douro e afluentes limpos, assim como na preservação das suas margens, e por outro lado, na qualificação dos seus centros urbanos;
- o seu património, estruturando e promovendo as linhas da sua valorização, de forma a poder configurar-se um turismo de qualidade.

3. UMA ESTRATÉGIA PARA A VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL DO VALE DO DOURO

A definição dessa estratégia passa, logicamente:

- pela eliminação ou atenuação de bloqueio flagrantes, detectados nas infra-estruturas de comunicação, procurando activar formas complementares de transporte que permitam ao turismo cultural aceder facilmente à região e ignorar as fronteiras entre os dois países – as acessibilidades ao Vale do Douro e as comunicações e transportes na área são determinantes para o desenvolvimento do turismo cultural da região, a exigir actuações profundas, concertadas e complementares de ambos os países;
- pelo aprofundamento da cooperação transfronteiriça entre os dois países – neste caso, entre o Norte de Portugal e Castela-Leão –, aos mais altos níveis. A cooperação desenvolvida até ao momento, apesar dos Programas Comunitários Interreg, tem sido reduzida, desgarrada e baseada mais na justaposição/junção das propostas dos agentes dos dois países do que em autênticas políticas sectoriais resultantes de uma reflexão comum, políticas essas que tenham em consideração a diversidade da região e que possam conjugar a dinâmica dos centros urbanos com as potencialidades do meio rural;

- pela criação de redes sectoriais de integração e harmonização, de que a institucionalização de uma rede de museus do Vale do Douro, enquanto importante instrumento do património cultural, pode ser exemplo;
- pela criação de rotas temáticas de turismo cultural – rota dos castelos e fortificações; do românico, gótico, barroco; rota dos vinhos do Douro; etc;
- pelo reforço da imprensa regional, de forma a mobilizá-la para esta problemática;
- pela criação de um centro de documentação virtual de todo o Vale do Douro, um portal na Internet, pelo qual, através dele, se possa aceder a toda a informação pertinente ao turismo cultural – não há qualquer sistema de informação actualizada para o Vale do Douro em qualquer um dos países e muito menos para a região entendida como um todo;
- pela criação de cursos de formação turística especificamente destinados ao Vale do Douro;
- pelo lançamento de publicações trilingues ou bilingues, que dêem a conhecer a riqueza e a diversidade do património do Vale do Douro, nas suas mais variadas facetas;
- pela promoção da região, a nível ibérico, europeu e mundial, acção que exige a intervenção/concertação dos Governos de ambos os países.

CONCLUSÃO

No quadro da União Europeia, o Vale do Douro constitui um espaço periférico afastado dos grandes eixos de desenvolvimento da Europa, dividido entre dois países. A História e a Geografia contribuíram, assim, para que o Vale do Douro se transformasse numa das regiões (sobretudo entre as regiões fronteiriças) mais deprimidas da União Europeia.

Contudo, o património cultural que o Vale do Douro alberga no seu seio faz dele um dos territórios mais autênticos e mais excepcionais da Europa.

Marca, durante alguns séculos, de dois mundos em confronto – o cristão e o muçulmano –, no sentido Norte-Sul, espaço dividido, posteriormente, pelos dois países ibéricos, no sentido Este-Oeste, objecto de um lento mas irreversível afundamento económico, no seu todo, a partir do século XVI, com a litoralização da população peninsular, a verdade é que o imobilismo da região veio a contribuir significativamente para que o seu vasto e riquíssimo património tivesse chegado até aos nossos dias bem preservado, haurindo a sua pujança patrimonial na fraqueza económica e de abandono a que foi votada.

Olhando para a região como um todo supranacional, verificamos que as suas potencialidades de desenvolvimento sustentado têm a ver, sobretudo, com o reconhecimento, valorização e divulgação desse património ímpar no contexto peninsular e mesmo europeu, de forma a promover o seu turismo cultural, que constitui, neste século XXI, uma das suas indústrias mais promissoras.

Essa promoção exige uma política esclarecida de consenso de ambos os países, Portugal e Espanha, não passando qualquer estratégia de desenvolvimento da região por um só dos dois Estados, de uma simples habilidade votada ao fracasso e ao arrepio da construção europeia, que a todos diz respeito.

O desenvolvimento do Vale do Douro, baseado no seu património e no turismo cultural, exige, pois, uma verdadeira política de cooperação bilateral, uma vontade política autêntica de Portugal e de Espanha, que não se esgote nos programas comunitários de cooperação transfronteiriça existentes – como se tratasse apenas de dar cumprimento formal a exigências de natureza exógena –, mas que entenda esses programas, tão só, como uma das linhas de intervenção que importa levar a cabo, para que o extenso Vale do Douro venha a ter a oportunidade que lhe compete.